

# SERVIÇO SOCIAL E QUEBRA DE PARADIGMAS: UM CONVITE A DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA LEITURA DE AUTORES (AS) NEGROS (AS)

*Social service and paradigm breakdown:  
An invitation to the decolonization of knowledge through the reading  
of black authors*

**Tatiana Cordeiro de Jesus\***  
Assistente Social e Mestranda em Serviço Social  
Universidade Estadual do Pará

**Maria Cândida Lima de Sousa\*\***  
Assistente Social e Mestra em Educação  
Universidade Estadual do Pará

## Resumo

O trabalho, ora intitulado “Serviço Social e quebra de paradigmas: Um convite a descolonização do conhecimento”, surge a partir da inserção no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, especialmente da leitura de autores (as) negros (as), e da observação acadêmica, em que na academia brasileira, especificamente no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, existe um número insólito de mestres e doutores (as) negros (as) responsáveis pela produção de saberes críticos. Nesse sentido, objetivou-se discutir o processo de metamorfose do colonialismo para o decolonialismo. Pretende-se, assim, contribuir na luta e disseminação do respectivo conhecimento por dentro do ambiente acadêmico, bem como suscitar o fortalecimento dos sujeitos ante a apropriação dos diversos espaços.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social. Descolonização do conhecimento. Autores (as) negros (as).

## Abstract

The work, now entitled “Social Service and paradigm shift: An invitation to the decolonization of knowledge”, arises from the insertion in the Graduate Program in Social Service at the Federal University of Pará, especially from the reading of black authors (as), and from academic observation, in which in the Brazilian academy, specifically in the Social Work course at the Federal University of Pará, there is an unusual number of black masters and doctors responsible for the production of critical knowledge. In this sense, the objective was to discuss the process of metamorphosis from colonialism to decolonialism. It is intended, therefore, to contribute to the struggle and dissemination of the respective knowledge within the academic environment, as well as to encourage the empowerment of subjects in the face of the appropriation of different spaces.

**KEYWORDS:** Social Work. Decolonization of knowledg. Black authors.

## Introdução

O interesse em discutir o presente tema, emerge após aprovação (de uma das autoras) no mestrado como cotista na vaga de negro, e ao concatenar ideias em meio as aulas da disciplina de Serviço Social e Teoria Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Neste sentido, compreende-se que é no período de formação acadêmica que o discente de Serviço Social assimilará os conteúdos e valores que serão inseridos na construção da sua identidade profissional, haja vista, que é neste período, que serão estabelecidos os direitos e deveres e

definidas as atribuições profissionais, para tanto precisa ser detentor de um arcabouço teórico, para que desta forma possa se fazer cumprir as normas legais, que garantira a possibilidade de inserção do profissional na divisão social e técnica do trabalho.

O contexto atual requer profissionais cuja a prática esteja direcionada para fazer enfrentamento críticos da realidade, portanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, aliados a uma direção política consistente, que nos possibilite desvendar as tramas conjunturais, as forças sociais em presença. É neste espaço de interação entre estrutura, conjuntura, precisamos saber ler também o cotidiano, pois, é aí que a história se faz, aí que nossa prática se realiza. (MARTINELLI, 2006, p. 14-16).

Nesta esteira, propõe-se tornar visíveis, o Código de Ética Profissional de 1993, que vem expressar manifestações que representam atos de violência, de desrespeito aos direitos humanos, à liberdade, não podem ser aceitos e devem ser enfrentados de forma democrática. Nesse sentido está em pauta a questão da tolerância, da diversidade e do pluralismo no campo democrático (BARROCO, 2004).

Vale ressaltar também, que o trabalho dos assistentes sociais tem relação direta com as demandas da população negra, pobre e em sua grande maioria em situação de vulnerabilidade social, que por sua vez reside nas periferias, nas favelas, no campo e na cidade, e o combate ao preconceito é um compromisso previsto no Código de Ética profissional, e para combater o preconceito é preciso conhecer o usuário para o qual presta trabalho.

Neste sentido, trago à baila a construção de pensamentos que possibilitem aos profissionais de serviço social uma reflexão pautada na leitura de autores (as) negros (as), que muito tem a contribuir com o fazer profissional dos Assistentes sociais, seja ele inserido nas instituições públicas e ou privadas.

Para construção do presente trabalho dialogamos com alguns autores negros, resistentes, que tem apresentado uma contribuição aos profissionais de serviço social, tais como Djamila Ribeiro, Frantz Fanon, Carlos Moore, Silvio Luiz de Almeida, Grada Kilomba e entre outros autores não negros que oferecem aporte para os questionamentos do colonialismo para o decolonialismo.

Para alcançar o objetivo do trabalho em tela, foi realizada à consulta a bases de dados de bibliotecas virtuais, que são instrumentos indispensáveis e que permitem a busca e acesso de teses, dissertações, artigos científicos e outros materiais especializados. Nesta pesquisa usou-se as bases de dados do CFESS/CRESS e da SCIELO (Scientific Electronic Library Online) entre outros.

## **Uma reflexão sem conceitos pré estabelecidos sobre decolonialismo**

Ao longo dos meses como discente do curso de mestrado, tenho presenciado, que o tema deocolonialismo, é um assunto que provoca conflito entre pensadores acadêmicos, pois em sua grande maioria são atrelados aos autores (as) clássicos das Ciências Sociais. Diante de tal fato é preciso ser negro para expor tal assunto, enfatizo é preciso quebrar paradigmas é preciso descolonizar.

Neste sentido, para enfrentar os resquícios da colonização foi empreendida especialmente pelo debate decolonial que busca uma renovação crítica das Ciências Sociais na América Latina no século XXI. O chamado “giro decolonial” baseia-se na ideia de um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da Modernidade Colonialidade (BALLESTRIN, 2013).

Partindo deste raciocínio, entendemos que a teoria marxista se distingue, com as demais é que ela não é exclusivamente uma teoria de interpretação, análise e compreensão do real, mais que isso, a teoria marxista é uma teoria de intervenção, da ação, da transformação, tão bem explícita na décima primeira tese sobre Feuerbach: “os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras. O que importa é transforma-lo” (MARX, 2013).

Ainda neste sentido, o ser humano desde o seu surgimento empreende ações para transformar a natureza hostil visando qualificar a sua existência enquanto ser humano, ou seja, desde o princípio o ser humano potencializa e busca sua humanidade por meio da transformação da natureza e das relações estabelecidas com outros seres humanos.

Marx e Engels (1993), apresentam ao mundo, diferentemente do que prenominava à época, uma teoria de análise, mas sobretudo de transformação da realidade, pois não pretendiam continuar descendo do céu a terra como fazia toda a filosofia alemã, mas a partir do ser humano concreto, real, pois como mencionamos os revolucionários alemães, não somos o que dizemos de nós mesmo, somos o que fazemos, somos as nossas ações e resultado delas. Portanto para entender este mundo não se parte do que se fala ou é falado, do que diz ou é dito, do que se imagina ou é imaginado (..) Com o objetivo de desvelar sua produção e intercâmbio material, através do trabalho, o ser humano transforma, não apenas a realidade, mas o seu pensamento e o produto do seu pensamento “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX & ENGELS, 1993)

Como se observa, é preciso compreender que a humanidade é histórica e social, pois somos forçados a começar constatando que toda a existência humana, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas para viver é preciso antes de tudo comer, beber e ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, é de fato este é o ato histórico, uma condição fundamental de toda a humanidade (MARX & ENGELS, 1993)

Marx e Engels (2010) compreende-se no manifesto comunista, referência sobre o colonialismo, apenas de forma pontual, ao relaciona-lo com o desenvolvimento do mercado municipal ca-

pitalista, após o aperfeiçoamento dos meios de produção e das tecnologias de comunicação e logística, a burguesia disseminaria seu modo de produção e reprodução a todas as outras regiões do mundo, até mesmo as mais barbaras, através das expedições marítimas e reivindicações das terras “descobertas” na Américas, bem como do comércio com outras regiões não ocidentais, a burguesia “obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas” (MARX & ENGELS, 2010).

Em contradição ao pensamento de Marx e Engels (2010), com propriedade o autor Moore (2010) enfatiza que todo negro que engoliu a filosofia marxista com seus pretextos internacionalistas deveria reavaliar as posições oportunistas de Marx e Engels sobre a Guerra civil norte americana, seu silêncio a respeito das lutas de libertação negra de sua época, sua indiferença ao uso da África como um matadouro e redução de milhares de africanos a burro de carga.

Ainda neste contexto, o autor Moore (2010) durante todo os seus estudos, iniciados nos anos de 1970, foi um questionador dos pilares epistemológicos inseridos nas principais obras de Marx e Engels, aonde traça como questão central: “seriam racistas os autores do manifesto comunista?”, a resposta de Carlos Moore é uma afirmação taxativa, sim. Partindo desta premissa, o pensamento decolonial, emerge como um processo de metamorfose, do colonialismo para o decolonialismo, haja vista, sua proposta transformadora, frente a retórica da modernidade/colonialidade, sendo visto como uma alternativa, uma opção emancipada. Não estático, nem unilateral, tampouco dogmático ou extremista. Trata-se de enxergar e pensar pluriversalmente.

Segundo neste mesmo raciocínio, a cidadania na perspectiva decolonial vai além da formal e substantiva, da nacionalidade e da garantia de direitos. Na decolonialidade, a cidadania é pensada num viés emancipatório/libertador e transformador em relação aos padrões opressores do paradigma moderno-colonial capitalista (BELLO, 2015, p. 50). É também um processo social em construção baseado no respeito e valorização de todas as culturas.

Nessa direção, passamos a refletir na prática educativa pautada no reconhecimento da diversidade é considerada um importante instrumento no combate ao racismo, como também para reverter a imagem negativa que se formou em torno das populações não brancas como consequência do processo colonizador de sua cultura; pois segundo Munanga (2005), a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos discentes negros e afrodescendentes são apagadas no sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico. O resgate da memória coletiva e da história das comunidades negras não interessa apenas aos discentes desse grupo étnico-racial, mas também aos discentes de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas.

Diante de tais argumentos, passamos a compreender que a história da escravidão, perpassa pela cultura, pela economia, pela psicologia, e que marca principalmente o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Brasil pós escravidão, aonde o término da escravidão é o início de um sistema capitalista de produção, que não apresentaram a população negra uma melhoria, e tão

somente como condições inferiores, sendo tratados com discriminação pela cor de pele, incorporados à miséria e a falta de perspectivas.

O autor estudioso de Marx, José Paulo Netto, afirma que no bojo da universidade dependente, da educação-mercadoria, da colonização dos currículos e da dominação ideológica, a formação em Serviço Social não alcançou, ainda uma formação que possibilite uma apreensão crítica e consistente do racismo estrutural. Esta é uma realidade que se manifesta, mesmo após todos os avanços críticos alcançados pelo movimento de reconceituação, na intenção da ruptura com o conservadorismo e transformações que currículos realizados a partir disso (NETTO, 2005).

Ainda neste sentido, ressaltamos que a educação mercadológica privada, bem como na educação pública, ainda não se consegue dialogar de forma crítica frente ao tema racismo. Haja vista, que o compromisso ético-político do curso de Serviço Social, ainda não conseguiu romper com o silenciamento que prevalece nas discussões do meio acadêmico, e o que chama atenção é o número reduzido de docentes negros (as), ao mesmo tempo em que a pouca habilidade e a pouca aderência dos docentes não negros em dialogar com o tema.

Ressalta-se também que no curso de Serviço Social pouco tem se trazido à baila sobre o racismo e o ocultamento das (os) intelectuais antirracistas de toda uma produção teórica que há décadas, vem se mostrando o seu papel de reprodução do capital, perpassa todo o campo das Ciências Sociais e se reproduz no âmbito da nossa formação profissional

Ao realizar um breve acompanhamento no projeto pedagógico dos cursos de serviço social, por todo o Brasil, é prova cabal disso, como mostram as pesquisas de Rocha (2009), Oliveira (2015), entre outros. Contudo analisamos que a lacuna não está, apenas nos Projetos Políticos Pedagógicos e, nas próprias diretrizes curriculares, uma vez que a categoria racismo não se encontra em nenhum momento na estruturação das diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), em nenhum dos três núcleos da formação profissional, somente no segundo núcleo, Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira, aparece algo referente a questão étnico racial, compreendida como partes das desigualdades sociais, como expressão delas.

Neste sentido, o estudo sobre as relações étnico-raciais em nosso país é de fundamental importância, pois nos permite identificar vários resquícios da colonização, isso porque segundo Anibal Quijano (2005), a raça, o gênero e o trabalho se constituíram como linhas principais de classificação na formação do capitalismo mundial colonial/moderno e refletem em relações de exploração, dominação e conflitos. Segundo este autor, é possível fazer uma leitura das questões de raça e racismo como um princípio organizador das hierarquias do sistema-mundo.

Ressalte-se que o processo de colonialidade é compreendido como a herança cultural da colonização, sendo classificada em três tipos: do poder, do saber e do ser. A primeira, segundo Anibal Quijano (2005), demonstra que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não desapareceram com o fim do colonialismo, pois ainda hoje é vista como um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno colonial, que articula as regiões periféricas da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global.

Ainda neste sentido, os processos de reconhecimento e valorização da diversidade nas instituições educacionais não têm sido uma tarefa fácil, pois, para que estes ocorram é necessária uma série de mecanismos que possibilitem uma descolonização do saber por meio dos currículos escolares, bem como a descolonização do ser por meio de um processo de formação permanente. É necessário, portanto, que os professores que atuam na Educação Básica e/ou no ensino superior estejam em um constante processo de atualização para que, através deste possam conhecer, reconhecer e trabalhar temáticas relacionadas a diversos grupos sociais e étnicos que compõem a nossa sociedade. Esta formação contribuiria para a ampliação das percepções destes professores acerca da educação e diversidade, transformando uma visão às vezes limitada e reducionista em uma concepção mais alargada de Educação (GUSMÃO, 1997).

De acordo com Carvalho (2003), menos de 1% do universo de professores das universidades públicas é formado por negros. O número total de docentes, atualmente ativos nas 53 universidades federais, é de aproximadamente 46.679. Até onde sabemos, não deve passar de 200 o número de professores negros em todas essas universidades.

Vale a pena perguntar-se como foi possível um grau de exclusão racial tão escandaloso não tenha suscitado, até agora, praticamente nenhuma discussão ou mesmo incomoda por parte dos acadêmicos brancos brasileiros (CARVALHO, 2003, p.329).

A construção de uma sociedade baseada na equidade, no Brasil, alguns passos da ontologia epistemologia dos povos indígenas e africanos e sua importância para a formação do povo brasileiro, como é o caso dos projetos de ações afirmativas de inclusão nas universidades e concursos públicos, que tem como objetivo reduzir as desigualdades formuladas a partir da visão de raças, e também à abertura de espaços para participação e visibilidade das minorias na vida política, social e econômica.

Ainda neste contexto, a efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, são políticas públicas de reconhecimento e valorização da diversidade na evolução obrigatória do ensino de história e cultura afro brasileira e indígena no ensino fundamental e médio.

## **Um convite a leitura de autores negros(as) de grande contribuição para o serviço social**

Lélia Gonzalez, intelectual e feminista negra brasileira, nos anos de 1980, refletiu atentamente sobre a realidade de exclusão das mulheres na sociedade brasileira, principalmente das negras e indígenas. Ela foi pioneira nas críticas ao feminismo hegemônico e nas reflexões acerca das diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, evidenciando, com isso, as histórias das mulheres negras e indígenas, no Brasil, na América Latina e no Caribe. O seu pensamento inaugura também a proposição de descolonização do saber e da produção de conhecimento e, atuando como "forasteira de dentro" (*outsider within*), como define Patrícia Hill Collins<sup>1</sup>, questiona a insuficiência das categorias

---

<sup>1</sup> A autora define: *outsider within* como posição social ou espaços de fronteira ocupados por grupos com poder desigual. Na Academia, por exemplo, esse lugar permite às pesquisadoras negras constatar, a partir de fatos de suas próprias experiências, anomalias materializadas na omissão ou observações distorcidas dos mesmos fatos sociais e, embora Collins se refira à Sociologia, pode-se pensar como prática política a ser desenvolvida em todas as áreas do conhecimento (COLLINS, 1986).

analíticas das Ciências Sociais para explicar, por exemplo, a realidade das mulheres negras (CARDOSO, 2014, p. 965).

Diante da exclusão de mulheres, especialmente as negras, na sociedade brasileira, Lélia Gozalez salienta:

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações (GONZALEZ, 1983 *apud* CARDOSO, 2014, p. 966).

Em meio as reflexões de “Lelia Gonzalez e Hill Collins”, a autora que é mulher negra, intelectual orgânica, nascida em 1980, com o objetivo de quebrar paradigmas e com a ruptura das repetições e reproduções dos modelos da coisa imposta, vem colaborar com as investigações nas Ciências Sociais, bem como no Serviço Social, como estudante de mestrado da Universidade Federal do Pará e servidora pública concursada do sistema penal, traz à baila aos Assistentes Sociais, inseridos no cárcere, a Política de Redução de Danos, como uma Política Pública de saúde aos usuários de drogas.

Ainda neste sentido, como servidora pública de uma unidade penal, observa constantemente “O porão do navio negreiro ancorado no sistema penal lotado de pessoas privadas de liberdade”, pois acompanha a rotatividade de entrada e saída de presos provisórios, pelos crimes do art. 33 (Lei antidrogas), do Art.157 (roubo do CPB) e do Art. 155 (furto do CPB), e entre outros artigos, em sua maioria negros, pobres e em situação de vulnerabilidade social.

Ressalte-se também, que o trabalho de dissertação, surge como aporte ao sistema penal, através do Projeto Intitulado: O Trabalho Profissional do/da Assistente Social no Ambiente Prisional: estudo das concepções profissionais acerca do debate das drogas na interface com as orientações do CFESS/CRESS e a política de redução de danos.

Desta maneira, compreende-se que é através da conclusão deste trabalho de dissertação, que poderá provocar uma nova forma de pensar no fazer profissional dos assistentes sociais inseridos no ambiente prisional, pautado no Projeto Ético Político do Assistente Social, através da ruptura do conservadorismo, preconceito e juízo de valor, no atendimento ao usuário negro, pobre e adoecido proveniente ao uso de substâncias psicoativas.

Um dos pensadores mais importantes do século XX, nascido em 20 de julho na ilha Martinica, Frantz Fanon, psiquiatra, cientista social, filósofo, foi um revolucionário com grande contribui-

ção aos movimentos sociais e políticos na África e na diáspora africana. Lutou nas forças de resistência do norte da África e Europa, dedicou-se na luta contra o racismo e o colonialismo. Trouxe uma excelente contribuição ao tema em tela.

Salienta-se, que suas ideias apresentaram uma análise psicológica, que é a relação entre homem negro e o homem branco, aonde verificou que homem negro tem como objetivo, e destino de ser branco e de se apossar condição de ser humano, assim como enfatiza o psiquismo negro em não se aceitar, seja fruto da cultura colonialista e mecanismo de manutenção de classes sociais em uma sociedade capitalista.

O autor dialoga acerca de quantas imposições sociais dos colonizadores brancos impõem, bem como compõem os outros negros do mundo. Neste sentido de desumanização, era inevitável que ele conquistasse qualquer forma de reconhecimento por suas diversas conquistas na sociedade devido às hesitações de inserção social. “Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, que encolhesse” (FANON, 2008, p. 107).

Neste contexto, o autor aponta que ao sujeito negro é negado o reconhecimento de suas capacidades intelectuais e de ser um ator principal, que seja capaz de trazer um progresso social por meio de atributos intelectuais. Nesta esteira, Fanon (2008) enfatiza que ao homem negro, foi levado pelo modo capitalista, como selvagem, e que deveria seguir a lógica da sociedade em um posto sempre inferior e de passividade.

Isto posto, o profissional de serviço social, precisa se inteirar as transformações emergentes da sociedade capitalista e no seu desenvolvimento, consoante a Frantz Fanon (2008), a negação ontológica dos sujeitos colonizados, a sua desumanização e a inferiorização em contraposição à afirmação da superioridade humana e universal do branco europeu, desdobra-se em um processo de alienação colonial, isto significa a criação de uma sociedade deturpada e degenerada, reprodutora da racionalização mistificadora como fundamento da sociabilidade erigida sob o domínio colonialista imperialista e da exploração e dominação correspondente.

Por fim, compreende-se, que o racismo molda o modo de ser e de existir de todos os sujeitos na sociedade burguesa de origem colonialista, perpassa todas as relações sociais desde as relações de produção até as relações mais subjetivas, psicológicas, sexuais e afetivas, está nas entranhas do modo de ser dos sujeitos inseridos nessa sociedade.

Intelectual negra, filósofa, psicanalista, Grada Kilomba autora do livro Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano, no ano de 2019, na edição que foi editada ao Brasil, faz uma carta enquanto intelectual negra, na qual conta a sua trajetória pessoal enquanto intelectual negra e afirma que “este livro é muito pessoal, escrevi para entender quem eu sou” (p.13), a autora enfatiza sua subjetividade e questiona uma suposta neutralidade da pesquisa científica.

Influenciada por Fanon, através da desmontagem da língua colonial, questiona as estruturas da linguagem “a língua tem, também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (KILOMBA, 2019, p.14).

A autora faz uma análise sobre os tipos de racismo, sendo o racismo estrutural onde é revelado em um nível estrutural, pois as pessoas negras são excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Sob este enfoque, as estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos radicalizados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural, já o racismo institucional como o termo “instituição” implica, enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado.

Assim, o termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas, tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho jurídica criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados, e finalmente o racismo cotidiano, por sua vez é discutido com detalhes, aonde a autora evidencia o sujeito negro como o “outro”, sob os aspectos de infantilização, primitivização, incivilização, animalização e erotização, experiências habituais, como destaca a autora, que repetem “incessantemente ao longo da bibliografia de alguém”.

A autora relata em sua obra a cura e transformação, na qual o processo de reconhecimento dos eventos traumáticos e do reencontro do sujeito negro (a) com o seu grupo de identificação, finaliza sua obra descolonizando o seu eu, pois recupera a noção de trauma e expõe suas memórias históricas coletivas da *Plantation* é ainda vivenciada pelo sujeito negro(a), que carrega consigo as feridas das violências vividas, reencenadas na contemporaneidade, então compreende-se que o racismo, tem um padrão histórico.

Com propriedade Kilomba (2019) mostra como as mulheres negras são silenciadas por estruturas que oprimem e invisibilizam, vem trazer uma reflexão aos cidadãos negros(as), se fazer enxergar como pessoas, que faz parte de um processo histórico, político, e econômico de uma sociedade.

Sílvio Luiz de Almeida, diretor presidente do Instituto Luíz Gama e professor universitário, ativista na luta contra o racismo, autor negro com grande contribuição ao serviço social, haja vista, sua concepção ao racismo que é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertencem.

O autor Sílvio Almeida (2018), expõe que entender o racismo requer entendê-lo como determinado e determinante das relações sociais; faz entender que além das manifestações individuais e institucionais, pois os indivíduos e instituições, ao estarem inseridos numa sociedade racista, são forçados pelo racismo e o reproduzem. Contudo, a gênese do racismo, as raízes profundas, está na totalidade das relações sociais de produção que estruturam a sociedade.

Ainda neste contexto, salienta que o racismo se apresenta pode ser entendido a partir de três concepções. A individualista, pela qual o racismo se apresenta como uma deficiência patológica, decorrente de preconceitos institucionais, pela qual se conferem privilégios e desvantagens e

determinados grupos em razão da raça, normalizando estes atos, por meio do poder e da dominação, a estrutural que, diante do modo de normalidade com que a responsabilidade individual e institucional por atos racistas não extirpe a reprodução da desigualdade social.

Compreendemos que no livro “Racismo estrutural”, traz à baila importantes conceitos sobre o tema racismo, como fundamento estruturador das relações sociais, com base em autores reconhecidos pelos estudos de teoria crítica racial, colonialismo, imperialismo, e capitalismo, tal livro nos faz entender assuntos como fatos históricos, sociais, políticos, jurídicos e econômicos para desta forma compreender o racismo

O autor em tela também dialoga com a construção de efetividade dos princípios e deveres e obrigações iguais foi utilizada para neutralizar a inferioridade dos negros com afirmações que os mantem subalternos, incapaz, sem vontade.

A negação do racismo e a evolução do conceito de democracia racial se aperfeiçoam com o conceito de meritocracia, o qual o negro (a) que se esforçam poderão usufruir de direitos iguais aos brancos. Tal conceito, na prática apenas serviu para a manutenção da desigualdade entre brancos e negros.

Coordenadora da coleção feminismos plurais, filósofa e intelectual feminista negra Djamila Ribeiro (2017), responsável por produções científicas, que são epistemologicamente posicionados a partir de olhares críticos ao padrão de racionalidade e mentalidade hegemônica. Ela é detentora de uma coleção que possibilita uma enorme contribuição aos profissionais de Serviço Social, através de sua reflexão da realidade e dos debates profundo da sociedade brasileira.

Seus livros publicados colocam em foco produções intelectuais de grupos negros (as) historicamente marginalizados, se constituindo como sujeito político. A perspectiva decolonial do trabalho desenvolvido por Djamila Ribeiro (2017), com sua grande contribuição a produção desses sujeitos que ficam invisíveis na construção do saber científico.

Dialoga através da reflexão sobre a perspectiva decolonial, por que mencionar lugar de fala, a autora faz indagações sobre o papel da ciência em sua relação com o mundo, seja na área das ciências sociais, seja em qualquer outro campo científico. Nesta seara, algumas perguntas são constantes, tais como: qual a função do conhecimento científico? Onde se aplica? Qual conhecimento poder ser considerado científico: essas questões que relacionam diretamente com o entendimento sobre o papel e a função do pesquisador nos diferentes processos de produção de conhecimento.

Desculpa, meu amigo  
Eu nada te posso dar,  
Na terra que rege o branco  
Nos privam até de pensar(...)

Ribeiro (2017), ao refletir sobre tal aspecto, enfatiza ideias já desenvolvidas por Lélia Gonzáles, importante ativista e intelectual negra brasileira. De acordo com as autoras o privilegio social

é o que garante o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco:

A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências de conhecimento (RIBEIRO, 2017 p. 24-25).

A ideia é considerar que, para a produção do conhecimento a experiência social de grupos dominados ou subalternos é importante, visto que foi abertamente desconsiderada e silenciada durante o período que organizou e concretizou o modelo vigente de “cientificidade”. De acordo com Ribeiro (2017), as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade.

Compreende-se a discussão atual em torno do lugar de fala e sua relevância ou legitimidade no processo científico. Ribeiro (2017), desenvolveu diversas reflexões a esse respeito no livro intitulado “o que é lugar de fala”. Por meio de sua contribuição, pode-se entender o pensar sobre o lugar de fala envolve pensar as condições sociais do grupo que se faz parte, da mesma forma que envolve pensar na maneira com que as experiências derivadas da participação neste grupo são partilhadas por essa pessoa com o grupo social.

Ainda neste sentido, a autora sinaliza também que não se pode reduzir o ponto de vista às experiências individuais, o mais importante seria refletir o lugar social, visto que pertencer a um grupo negro na sociedade brasileira coloca o sujeito em um certo lugar social, diferenciado e não partilhado pelos que não possuem essa particularidade.

Isto posto, sabe-se que o discurso científico e acadêmico é influenciado por estrutura racista, além de ser produzido na interação social. Nesse sentido, cabe a seguinte reflexão (..) “de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos, que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo” (Ribeiro, 2017, p.26).

## **Considerações finais**

Com base no estudo apresentado buscou-se realizar uma contribuição aos acadêmicos e profissionais de Serviço Social, trazendo à baila o silêncio da academia no que refere ao tema deocolonialismo. Diante disso, procurou-se responder as indagações sobre o número reduzido de docentes e autores(as) negros(as) e também sobre um projeto político pedagógico das universidades públicas e ou privadas com a ausência da temática racismo, bem como uma matriz curricular condizente com a atual transformação social, pois convém salientar que pouco se dialoga, com o tema deocolonialismo, motivo pelo qual foi realizado um convite por meio do tema Intitulado: descolonização do conhecimento, através da leitura de autores negros(as), tais como Djamilia, Ribeiro, Frantz Fanon, Silvio Almeida e entre outros profissionais.

Portanto, as informações levantadas com o presente estudo poderão colaborar no trabalho do assistente social inserido nas instituições públicas e/ou privadas, corroborando na determinação de uma abordagem mais apropriada sobre o tema descolonização à luz de autores negros, bem como na mobilização e luta pela visibilidade da população negra, tão prejudicada pelo processo colonial.

## Referências

- ABEPSS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento016603311138166377210.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2022.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento. 2018.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: **Revista Brasileira de Ciência Política** (impresso). Brasília, v.2, n. 11, p. 89-117. 2013.
- BARROCO, Lucia. S.A. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do serviço social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.79, 2004.
- BELLO, Enzo. **O pensamento descolonial e o modelo de cidadania do novo constitucionalismo latino-americano**. Brasil Universidade Federal Fluminense. Rua Tiradentes,17, Bairro Ingá,24210-510, Niterói, RJ, Brasil, 2015.pdf. Disponível em: [revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.71.05/4547](http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.71.05/4547). Acesso: 23 de junho de 2022.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.
- CARVALHO, Jose Jorge. **As ações afirmativas como resposta ao Racismo Acadêmico e seu impacto nas Ciências Sociais Brasileiras**. Teoria e Pesquisa n. 42/43, p.303-340.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought**. *Social Problems*, v. 33, n. 6, p. 14-32, Oct./Dec. 1986.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social**. *Raça e Classe*, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988d.
- GUSMAO, Neusa Maria Mendes de. **Antropologia e educação: Origens de um diálogo**. Cad. CEDES, Campinas, v. 18, n. 43, p. 8-25, Dec. 1997. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010132621997000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621997000200002&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 28 jun. 2022.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editoras Cobogó, 2019.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. Emancipação**. Paraná. Ponta Grossa. Nº 6 (VI), p. 9-23, maio, 2006.
- MARX, Karl & ENGELS, Fredrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I - O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MOORE, Carlos. **O Marxismo e a questão racial**: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o racismo na escola**. 2.ed. revisada. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Juliana Marta Santos de. **Transversalidade da Questão Étnico Racial nos Currículos dos Cursos de Graduação em Serviço Social das Universidades Federais Brasileiras**, 2015,127. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América latina. A Colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO. 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A Questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, v.99, São Paulo, 2009.

## NOTAS

### \* Tatiana Cordeiro de Jesus

Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialização em Psicopedagogia, Políticas e Gestão de Serviço Social. Tem experiência nas áreas de Gestão de Pessoas, de Gestão Social, de Gestão Administrativa e de Gestão Educacional.

E-mail: [tatianacj@gmail.com](mailto:tatianacj@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-6379-7630>

### \*\*Maria Cândida Sousa

Assistente Social e Pedagoga. Especialista em Filosofia da Educação e em Educação, Pobreza e Desigualdade Social e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Pará (UEPA)

E-mail: [m.candys@hotmail.com](mailto:m.candys@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-5697-845X>

## CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

## FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

## CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

## APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

#### **CONFLITO DE INTERESSES:**

Não se aplica

#### **LICENÇA DE USO**

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

#### **PUBLISHER**

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

#### **EDITORES**

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio

#### **HISTÓRICO**

Recebido em: 10-09-2022 – Aprovado em: 19-10-2022 – Publicado em: 29-12-2022.